



# Epistemología de las Ciencias de la Información y Documentación

## Análise do Discurso e Arquivística: elementos históricos e epistemológicos na representação em arquivos

**Thiago Henrique Bragato Barros**

Universidade Federal do Pará

Brasil · thiagobarros@ufpa.br

**Resumo:** A Análise do discurso trata-se de uma abordagem teórico-metodológica que visa compreender e estudar as estruturas profundas do discurso construído no interior das produções textuais, orais e escritas. Portanto, ela é uma aproximação interdisciplinar da linguística com a Sociologia e História. Sente sentido, visa-se com base em seu aporte teórico discutir características disciplinares da Arquivística especialmente com o universo teórico da representação e da organização, atividades considerada pela bibliografia desta área como nucleares. Baseando-se no discurso constrói-se uma análise teórica e histórica da Arquivística, especialmente nas funções relacionadas a descrição e acesso, considerada pela área como o ferramental básico de tratamento da informação orgânica. Explora-se neste universo especialmente as relações no universo brasileiro e espanhol. Um representando um aumento exponencial da atuação profissional dos arquivistas no outro um universo de discussão teórica rica, porém de atuação profissional diminuta. Assim, estuda-se a Representação Arquivística como um ponto de contato entre a Arquivística, a constituição epistemológica de formações discursivas.

**Palavras-chave:** Análise do Discurso; Arquivística; Epistemologia; Representação Arquivística.

**Abstract** Discourse Analysis is a theoretical and methodological approach that seeks to understand and study the structures of discourse built within the textual, oral and written productions. Therefore, it is an interdisciplinary approach from Linguistics to Sociology and History. We aim bases on its theoretical framework to discuss disciplinary characteristics of Archival Science especially with the theoretical universe of representation and organization, activities considered by the bibliography of this field as nuclear. Based on the discourse builds up a theoretical and historical analysis of the Archive Science, especially the description and related functions, considered by the area as a basic tool for organic information treatment. It explores this universe especially relations in the Brazilian and Spanish universe. Representing an exponential increase in the work of professional archivists in the Brazilian front and a rich theoretical discussion, but in miniature professional performance within the Spanish reality. So we study the Archival representation as a point of contact between Archival Science, the epistemological constitution of discursive formations.

**Keywords:** Discourse Analysis; Archival Science History; Epistemology.

## 1.Introdução

A ampliação e revisão conceitual da Arquivística faz parte do discurso positivo da área visando a compreensão das mudanças ocorridas nos últimos anos relacionadas a produção de documentos em meio digital, descrição automatizada, complexidade do Estado, etc. Mudanças no universo de atuação do arquivista, com o uso massivo e irreversível de tecnologias multimídia.

Portanto, a disciplina tem buscado respostas para resolver os problemas do presente nos sistemas de gestão de documentos, pensando nos documentos que devem ser preservados para o futuro.

É necessário destacar também, que a construção e percurso da Arquivística enquanto teoria e prática estiveram, desde seu início, inegavelmente em maior ou menor grau atrelados à construção da historiografia, ao longo do século XIX e atroximando-se de outras disciplinas na metade do século XX. Os documentos custodiados pelas instituições arquivísticas como um todo serviram e servem como uma das fontes para a construção do passado no presente e, para como os historiadores escreveram história, refletindo na organização dos arquivos e na construção de sua teoria. Portanto, um primeiro estágio de seu desenvolvimento teórico irá permanecer maior ou menor, dependendo da realidade social e histórica do país em questão.

A partir da década de 1950, como destacou-se outras áreas irão se aproximar dos arquivos e dos arquivistas; as mudanças tecnológicas e sociais ocorridas no mundo pós-segunda Guerra Mundial, irão influenciar na aproximação entre a administração a arquivística, como pode ser notado nas obras de W. K. Lamb no Canadá, Theodore R. Shellenberg nos Estados Unidos, Peter Scott, na Austrália, e Robert-Henri Bautier na França.

Estes autores buscarão ampliar sem buscar rupturas ou deslocamentos de território maneiras de encarar antigas práticas, como é o caso de Bautier em relação à Diplomática, ou apresentar maneiras de organização e compreensão dos arquivos, como é o caso da obra de Peter Scott e o *series system*. Também, estabelecer políticas e princípios relacionados à avaliação e gestão, como é o caso de W. K. Lamb e Theodore R. Shellenberg e Ernest Posner.

Relacionando-as com a administração, com o surgimento da avaliação e a gestão documental, mais tarde a informática e reprografia, com uso de mainframes e o aparecimento de departamentos de processamento de dados. Ainda o uso mais recorrente de microfilmagem, e por fim os microcomputadores e seu uso massivo no ambiente administrativo.

Existindo a partir da década de 1960 uma aproximação em maior ou menor grau, dependendo da realidade de cada país, entre os bibliotecários, arquivistas e curadores de museus. Essas mudanças especialmente as aproximações feitas pela Arquivística com a Administração levam a ampliações metodológicas

Nesta breve descrição do percurso da arquivística, é possível dizer que os arquivos e a Arquivística estão, portanto, relacionados a uma gama institucional muito maior do que aquela tradicionalmente estabelecida e difundida nos manuais e dicionários técnicos da área e que a área tem crescido

Na medida em que a relação entre os arquivos e a sociedade modifica-se os arquivistas têm buscado de algum modo estabelecer subsídios para atender a essa necessidade.

Assim, quando estamos falando de buscar compreender a prática e teoria Arquivística, por um viés discursivo, buscamos descrever e ilustrar essas relações nem sempre tão claras, entre os arquivos, a história, a administração, a informática e a ciência da informação e também, as relações que se estabelecem entre os arquivistas, bibliotecários, gestores, sistemas de informação. Ou seja, uma busca pela uma verdade interna da própria área, tendo em vista que existe na arquivística uma "versão da verdade ou algumas versões. (STRATHERN, 2000, p.3).

Assim, a Arquivística e os arquivos são na atualidade uma área e uma instituição que estabelece uma série de justaposições práticas e teóricas. Atravessados transversalmente por relações científico-profissionais, que refletiram e reinteraram em maior ou menor grau no desenvolvimento de métodos, políticas e técnicas

relacionadas à aquisição, organização, seleção, difusão e acesso aos documentos arquivísticos.

Busca-se abordar neste artigo aspectos histórico-conceituais da arquivística por meio da análise, histórica-discursiva de teóricos da arquivística, baseando-se nos preceitos da análise arqueológica de Foucault.

Comparando as realidades brasileiras e espanholas em seu desenvolvimento histórico especialmente no que se relaciona as atividades de descrição e acesso aos documentos arquivísticos.

A relevância do tema e abordagem inovadora justifica os resultados ora apresentados, uma vez que, trata-se de uma pesquisa de revisão teórica que visa constituir e sistematizar o percurso histórico da arquivística tema pouco explorado especialmente em língua portuguesa e espanhola.

## 2. Análise do Discurso: elementos histórico-conceituais

A AD vem modificar a visão estruturante de linguística, visando à compreensão do fenômeno da linguagem não mais centrada apenas na língua, sistema ideologicamente neutro, mas num nível também situado fora do estritamente linguístico. Por meio da AD, pode-se chegar à conclusão de que nenhum estudo da linguagem pode deixar de levar em conta aspectos da sociedade que a produz, uma vez que os processos que constituem a linguagem são histórico-sociais.

A linguística, a partir dos anos 60, preocupava-se com a análise de um objeto além da frase, ou seja, começava-se a exigir a abordagem da articulação entre o material linguístico e seu exterior, porém, o momento inicial da AD não é menos importante do que o “último estágio” dessa disciplina, pelo contrário, é o solo sobre o qual se detém para enxergar a construção do edifício teórico.

Trabalha-se a Arquivística sob a perspectiva foucaultiana de AD, na medida em que, Foucault busca enunciar que a ciência da História, e as ciências humanas de modo geral, possuem desequilíbrios e inversões regulados pelos sujeitos conscientes, atuantes nas produções textuais e orais, mas também, regulados pela ideologia e pelo poder, ou seja, o sentido oculto presente naquele espaço discursivo que ele analisa.

São iniciadas, a partir das considerações de Pêcheux a respeito de Foucault, algumas reformulações da teoria da AAD (Análise Automática Discurso), especialmente com a formulação de Pêcheux da noção de *formação discursiva*.

Porém, a contribuição Foucaultiana para a AD é mais periférica, pois, em Foucault, o objeto de estudo é a *ciência* e sua *discursividade*; e, em Pêcheux, a AD faz parte de um projeto epistemológico completo, encarada como uma ruptura com os preceitos linguísticos clássicos.

Ao final da década de 1960, o estruturalismo, anteriormente calcado na linguística, sociologia e antropologia, aproxima-se, em Foucault, da História. *L'Archeologie du Savoir* vem sanar um problema que, muitas vezes, pode ser percebido nas obras anteriores de Foucault: a ausência de um quadro metodológico explicitado, que vem a ser o objeto de reflexão desta obra. No núcleo desse quadro, instaura-se a linha de pensamento Foucaultiana de análise do discurso, responsável pela formulação de uma série de conceitos fundamentais para a estruturação metodológica da disciplina, emprestada à AD por Pêcheux a partir de 1975.

Na obra, Foucault aproxima a esfera discursiva tradicional, presente no método estruturalista, do ideário baseado no marxismo, presente nos seguidores de Althusser. Contudo, é iniciado um deslocamento, com a formulação de conceitos como a *prática discursiva*, *formação discursiva* e *formação ideológica*. Para Pêcheux, neste momento, o sujeito do discurso sempre está relacionado entre a posição sujeito da ideologia/sujeito da linguagem, mas o campo de análise é reconfigurado.

Em *L'Archeologie du Savoir*, Foucault utiliza este método para compreender a “História da História”, visando a sua desconstrução. O método que ele utiliza para efetuar tal desconstrução é sua contribuição para a análise do discurso.

Em nenhum caso quis Foucault arvorar-se em defensor de uma positividade qualquer da ciência histórica, por mais nova que fosse. O que lhe interessa é abrir as estruturas para as discontinuidades temporais, para os desequilíbrios e inversões que

regulam os deslocamentos de um jogo incessante de práticas discursivas (DOSSE, 1994, p.270).

Assim, compreendendo a arquivística como uma instância significativa e passível desta análise, busca-se no seu passado compreender o atual momento de transição no qual ela se encontra, estabelecendo essa relação arqueológica.

A AD, assim como tantas outras disciplinas desenvolvidas durante o século XX foi/é uma disciplina permeada por outros campos de conhecimento, no caso, fundamentalmente as Ciências Sociais e a Linguística.

A este respeito, Maltidier (1994, p.19) faz a seguinte avaliação:

(...) A análise do discurso é pensada como ruptura epistemológica com a ideologia que domina nas ciências humanas (especialmente a psicologia). O objeto do discurso, que reformula a fala saussuriana na relação com a língua, implica, de acordo com a fórmula althusseriana, uma mudança de terreno. (...) o objeto teórico articula a questão do discurso àquelas do sujeito e da ideologia. A análise (do discurso) só pode ser pensada em relação a uma teoria (do discurso).

O texto fundamental, *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas* – publicado na revista *Langages* 37 –, é o resultado de todo o processo de uso da AAD-69 e atualiza e reestrutura o quadro epistemológico geral, na articulação entre o materialismo histórico, a linguística e a teoria discursiva.

Pêcheux e Fuchs (1997, p.163) fazem a seguinte ponderação a respeito dos primeiros momentos da AAD:

Nestes últimos anos, a "análise automática do discurso" (...) produziu um certo número de publicações, tanto no nível teórico quanto no das aplicações experimentais. Parece-nos que as observações, interpretações, críticas ou mesmo deformações suscitadas nestes dois níveis precisam de uma reformulação de conjunto visando a eliminar certas ambiguidades, retificar certos erros, constatar certas dificuldades não-resolvidas e, ao mesmo tempo, indicar as bases para uma nova formulação da questão.

Portanto, esse é o momento das reconsiderações a respeito dos primeiros sete anos da AD, e os autores buscam retificar e renovar algumas abordagens da AD. A noção de formação discursiva acaba por fazer exatamente isso: *deslocar* a compreensão da máquina produtora de discursos, desconstruindo-a, uma vez que a *Formação Discursiva*<sup>1</sup>, em uma relação paradoxal com seu exterior, mais tarde levará a noção de *interdiscurso* e *memória discursiva* importante no atual estágio da AD. Desencadeia-se, assim, a aproximação da AD com a História, atingindo então o seu status consagrado como disciplina de entremeio em uma interseção entre a linguística, a História e a sociologia.

"Diferentemente do intervalo, a ideia de entremeio refere a espaços habitados simultaneamente, estabelecidos por relações contraditórias entre teorias" (ORLANDI, p.1, 2002).

Os próprios autores enumeram os entremeios da Análise do discurso:

1. o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias; 2. a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo; 3. A teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica) (PÊCHEUX; FUCHS, 1997, p. 163-164).

Baseando-se nesta aceção, é possível perceber o que os autores chamam de quadro epistemológico geral da AD, que lhes dá um status disciplinar mais claro do que aquele presente na ADD-69.

<sup>1</sup> (...) determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes (PÊCHEUX; FUCHS, 1997e, p. 166-167).

A ideologia, o materialismo histórico e a linguística já estavam presentes na AAD-69. Agora os autores estabelecem a teoria do discurso como uma instância própria desta disciplina de entremeio, cabendo ao analista identificar as relações histórico-ideológicas do discurso. A luta de classes ainda é fundamental para uma análise discursiva, contudo, o *efeito de sentido* – a relação entre a ideologia e a língua – começa a ser conceituado.

(...) a produção de sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequência tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar a “matriz do sentido”. Isto equivale a dizer que é a partir da relação no interior desta família que se constitui o efeito de sentido, assim como a relação a um referente que implique este efeito (PÊCHEUX; FUCHS, 1997e, p. 169).

Em Foucault, a formação discursiva será parte de seu projeto arqueológico de construir um método que “procura compreender o funcionamento dos discursos que constituem as ciências humanas” (BARONAS, 2011, p.92), compreendo-os não como conjunto de signos e elementos dentro de um sistema e de uma estrutura como os estruturalistas trabalhavam, “mas como um conjunto de práticas discursivas que instauram os objetos sobre os quais enunciam circunscrevem os conceitos, legitimam os sujeitos enunciadore” (op. cit, 2011, p.92)..

Nesse sentido, a Arquivística filia-se a determinadas formações discursivas atravessadas por relações político-ideológicas. Enquanto formação, pode-se dizer que os arquivos são filiados ao estado democrático, à História, à identidade, a um conjunto amplo de instituições e costumes que legitimam e fundamentam seu aparecimento.

Essa relação é bem marcada pela própria construção das ciências humanas e sociais, das quais, a Arquivística não escapa. É possível dizer, baseando-se em Baronas (2011) e Foucault (1997), que processos discursivos, os quais perpassam os conceitos e objetos da Arquivística, possuem em sua discursividade uma liberdade condicionada, por terem passado pela regulação própria da atividade “política” do discurso das ciências, que legitima cada um dos discursos efetivamente ditos, determinado como e o que pode ser dito por um sujeito (compreendido com uma posição), com um método aceito, sendo inserido na verdade de uma época.

Dito isso, fica fácil compreender por que, em determinados pontos de “conflito”, a área toma rumos em um sentido e não em outro, por que, em determinado contexto, pode-se dizer que a “prova documental” é a “santidade” do documento de arquivo, enquanto, em outro momento, isso não é aceito como uma verdade para a teoria dos arquivos.

Assim, por esses motivos, compreendemos que as formações discursivas das quais a Arquivística faz parte são fruto de e inserem-se em um movimento exterior a elas, mas não o contexto situacional, e sim as condições de produção do discurso, que são permitidas e determinadas posições e rumos disciplinares.

Segundo Guespin (1971) (Apud CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p.196, grifo nosso):

O enunciado é a sucessão de frases emitidas entre dois bancos semânticos, duas pausas da comunicação; o discurso é o enunciado considerado do ponto de vista do mecanismo discursivo que o condiciona. Assim, olhar um texto sob a perspectiva de sua estruturação “em língua” permite tomá-lo como um enunciado; um estudo linguístico das condições de produção desse texto possibilita considerá-lo um discurso.

A relação simbólica que se estabelece entre o discurso e o enunciado é que permite a análise, à medida que é por meio do enunciado que se constrói a análise, possibilitando assim, a construção de um *corpus*, visando descrever o conjunto de relações entre os enunciados e formações discursivas.

O método de análise é complexo, pois todos os textos irão remeter a uma pluralidade de formações discursivas. Contudo, conforme nos aproximamos do *corpus*, começamos a reconhecer alguns padrões de institucionalização discursiva e ideológica e seu papel enquanto instância significativa na atualidade.



### 3. A Arquivística enquanto uma técnica dos Arquivos do desenvolvimento europeu a realidade brasileira

A Arquivística enquanto prática profissional moderna irá desenvolver-se a partir da Revolução Francesa, fazendo parte de uma mudança profunda na sociedade ocidental, visto que o antigo regime colonial e monárquico foi sendo substituído, a partir do aparecimento de movimentos que buscavam autonomia.

O estudo da Arquivística é o de uma teoria aplicada a uma profissão. Assim, o percurso da área sempre esteve atrelado a sua condição de existência. Então, a disciplina procurará responder a questões de ordem técnica e metodológica para fins de melhor organizar, disponibilizar e preservar os documentos jurídico-administrativos no interior de instituições públicas e privadas.

Dito isso, quando se fala de *teoria* em arquivos, discute-se o conjunto de procedimentos técnicos necessários para atingir um determinado objetivo funcional e social. O que se chama de *prática* é aplicação destes preceitos efetivamente em uma instituição Arquivística/coletora de arquivos.

Pode-se complementar esta acepção da seguinte maneira:

A teoria Arquivística: compreende sua própria história, seu objeto ou âmbito de atuação e sua metodologia, para execução de seus fins.

A prática Arquivística: composta pelas técnicas e procedimentos empenhados para a conservação ativa dos documentos e para difusão da informação (CRUZ MUNDET, 2011, p.17, tradução nossa).

Portanto, suas ligações disciplinares ocorreram de acordo com as condições políticas e ideológicas das sociedades em que essas instituições estão inseridas e são criadas. Historicamente e discursivamente, a Arquivística refletirá na teoria e na prática essa realidade. O viés histórico responde a uma das instâncias fundamentais de uma análise discursiva, ou seja, a construção de uma análise arqueológica a própria Arquivística.

A História do corpus já é parte da análise, ou seja, quando se descrevem historicamente os caminhos da disciplina e da descrição, faz-se uma análise discursiva.

A definição do corpus teórico da Arquivística não ocorre em si mesma, ou seja, não é pela definição em si que ela se constrói, mas nas relações com outras áreas e outras práticas profissionais. No caso espanhol, por exemplo, a diplomática exerceu um papel fundamental na elaboração de instrumentos de pesquisa durante os séculos XIX e XX.

A construção da Arquivística na realidade espanhola acompanha, de certo modo, o próprio aparecimento dos arquivos e da teoria moderna. Durante o século XIX, a importância dada ao aparecimento e percurso da historiografia europeia fundamenta e justifica a criação de arquivos enquanto instituições públicas, o desenvolvimento técnico e o aparecimento de profissionais, mais tarde conhecidos como "historiadores-arquivistas".

Neste momento no século XIX, os arquivos, dentre outras instituições, fomentarão tecnicamente o desenvolvimento das ciências humanas, especialmente a História e as recentemente criadas Ciências Sociais.

A História da Arquivística está, então, muito ligada ao aparecimento dos arquivos institucionalizados. Pode-se afirmar que já existiam práticas Arquivísticas antes da institucionalização propriamente dita, porém, é precipitado dizer que a mesma já existia antes da Revolução Francesa. É somente a partir desta que se criam os Arquivos Nacionais, e o desenvolvimento técnico da Arquivística inicia-se.

Algo que fica claro no percurso da Arquivística e dos arquivos é que, a difusão e usos pressupõem um estado democrático, que possibilitam o acesso e uso de seus documentos públicos. Por outro lado, o desenvolvimento de um estado moderno, leva aos arquivos do antigo regime perdessem sua função administrativa e, devido ao desenvolvimento na Europa do positivismo histórico de Leopold von Ranke, fossem considerados documentos históricos, cabendo aos arquivistas-historiadores reunir e organizar a documentação do antigo regime.

Assim, a Arquivística, enquanto teoria, é fruto da realidade moderna e de mudanças institucionais e políticas que ocorreram na Europa entre o final do século XVIII e o início do XIX, estando relacionada às práticas científicas deste período, especialmente aquelas relacionadas ao positivismo nas ciências humanas.

Ridener (2009) afirma que três coisas alteraram a estrutura conceitual da Arquivística ao longo de seu percurso histórico: as mudanças de paradigma, as mudanças provocadas pelo avanço tecnológico e, por fim, as mudanças ocorridas ao longo do desenvolvimento da historiografia. É importante acrescentar aqui as mudanças administrativas e os apagamentos e ressignificações ocorridas nos arquivos em relação ao percurso político e social dos países focados pelo estudo.

Deste modo, baseando-se nestas perspectivas, é possível dizer que os arquivos estão relacionados a uma gama político-ideológica, própria do período de desenvolvimento das liberdades individuais e do direito de acesso dos cidadãos aos documentos públicos. Os arquivos e a Arquivística fazem parte das mudanças ocorridas nas sociedades europeias do século XIX.

Paralelamente, os arquivos, dentre outras, são instituições que regulam e legitimam a constituição de identidade, memória e registraram a atuação do poder. Portanto, os profissionais que atuavam e atuam nessas instituições são responsáveis e legitimam as próprias instituições que representam.

A arquivística irá influenciar-se profundamente desta visão durante o século XIX, até a publicação do livro que irá consolidá-la, o manual holandês de Muller, Feith e Fruin. "Os usuários predominantes dos arquivos no período da consolidação [séc. XIX] eram os historiadores moldados de Ranke que viam a escrita da história como o que 'tinha acontecido' (RAIDER, 2009, p.145, tradução nossa)

Taylor (1984, p.26, tradução nossa) ironiza: "o modelo de Ranke como um protótipo, minando as ricas veias da prova documental e encontrar uma das mais incríveis indústrias pesadas saindo da idade do vapor".

No início do século XIX, começou-se a aplicar métodos da diplomática para o arranjo e descrição nos arquivos medievais, servindo de subsídios para traçar o percurso histórico de formação das nações europeias.

Num momento posterior, na segunda metade do século XIX, é perceptível a aproximação dos arquivistas-historiadores holandeses com as ideias já mais modernas da *École des Chartes*.

Terry Cook (1997, p. 21, tradução nossa), em trabalho sobre os fundamentos históricos da Arquivística, faz a seguinte aceção a respeito do livro holandês:

Muller, Feith, e Fruin produziram seu manual para a associação de Arquivistas Holandeses em cooperação com o Arquivo Nacional e o Ministério do Interior. Cada uma das cem regras no manual foi formalmente discutida pela sociedade durante os anos de 1890. Típico dos trabalhos feitos por comitês, é escrito com muito cuidado e com uma série de exemplos. Mesmo em relação às regras é perceptível esse aprofundamento. O manual também reflete as ideias de Muller tomadas da teoria Francesa, devido aos seus estudos na *École des Chartes* e do conceito alemão de proveniência, utilizado em uma série de arquivos da Holanda.

Esta obra pode ser considerada não só um marco para a disciplina, em sentido estrito, mas como o engenho de uma nova formação discursiva, no sentido de instaurar premissas básicas para a classificação/arranjo e a descrição em arquivos, reunindo em sua discussão boa parte dos enunciados promulgados na área até então.

Décadas mais tarde, outro autor irá marcar o campo teórico dos arquivos e da arquivística. Hilary Jenkinson irá publicar outro "manual" que irá apoiar-se principalmente no manual holandês no que diz respeito à descrição e arranjos dos arquivos e em sua própria experiência frente ao *Public Record Office*.

Jenkinson iniciou seus estudos a partir do trabalho desenvolvido com os medievais no arquivo inglês, estudando paleografia e diplomática<sup>2</sup>, este dado irá influenciá-lo durante toda a sua carreira profissional.

<sup>2</sup> Ver em Staplerton, R. Jenkinson and Schellenberg: Comparison, *Archivaria*. N.17, fall 1983 p 65-85.

Pode-se considerar Jenkinson o grande naturalista da Arquivística. É possível encontrar, ao longo de sua obra, uma série de enunciados nesse sentido, como exemplo, em uma biografia do autor (DAVIS apud COOK, p. 1997 p.23, tradução nossa):

A carreira Arquivística é um serviço. Ele existe para manter a ordem e tornar o trabalho de outras pessoas possível... Seu credo, a santidade da prova, sua tarefa, a conservação de pedaços de Prova unidos aos documentos sob sua guarda; ele tem o objetivo de fornecer, sem prejuízo ou reflexão tardia, para todos aqueles que desejam conhecer os caminhos do conhecimento... O bom arquivista é talvez o mais altruísta devoto a Verdade que o mundo moderno produz.

A partir dessa citação é possível compreender a visão bastante positiva que o autor possuía dos arquivos e dos arquivistas. Os arquivos são objetivos, neutros, invisíveis e passivos; o arquivista é compreendido como um guardião dos documentos; o documento arquivístico é entendido como um resíduo natural da atividade administrativa, imbuído com uma única Verdade, que cabe ao historiador e ao arquivista-historiador entendê-la. O arquivista não é responsável pela seleção dos documentos e não interfere conscientemente na documentação que guarda e organiza.

O olhar do autor, apesar de participar dos momentos que modificaram profundamente a sociedade moderna, volta-se claramente para a visão já cristalizada, dos arquivos e dos arquivistas do século XIX e utiliza o trabalho desenvolvido nos Países Baixos como base para elaboração do seu livro.

Complementando essa visão, é possível encontrar textos já no fim de sua carreira, em 1947, com a mesma perspectiva. (JENKINSON, 1980, p.238, tradução nossa). "Eles [os arquivos] vieram juntos e alcançaram seu arranjo final, por um processo natural: é um crescimento, como de um organismo ou como de uma árvore ou de um animal".

Jenkinson acreditava ainda, que os arquivos eram antes de tudo naturais, e que a palavra "coleção" deveria ser abolida dos vocabulários arquivísticos.

Continua: "Um documento avulso de um fundo de arquivo não teria, por si só, maior expressão do que teria um único osso separado do esqueleto de um animal extinto e desconhecido". No mesmo texto, vai ainda mais longe, sugerindo que os arquivistas também estão entre os animais.

A santidade da prova e verdade do documento arquivístico, como o próprio autor coloca ao longo de sua obra, colocam o arquivista em uma posição bastante cômoda, não possibilitando, nas grandes massas de arquivos modernos, o exercício da avaliação e da construção de uma visão mais crítica e menos passiva aos arquivistas-historiadores do início do século XX.

Porém, a "santidade da prova" encarando-a como uma posição enunciativa remetendo ao discurso da arquivística, nos diz que, a disciplina está endossando o positivismo histórico e aplicando-o profissionalmente nos arquivos, levando a sérios desdobramentos teóricos, enquanto a proveniência é entendida a partir de uma única perspectiva, a do órgão criador e do seu sistema de arquivamento, limitando as possíveis narrativas e visões dos usuários diretos e indiretos destes arquivos.

A partir da década de 1950 é iniciado um movimento de ampliação profissional, ainda que em essência a perspectiva do positivismo histórico permaneça na prática e teoria arquivística.

Segundo Staplenton (1983), Schellenberg assumiu a responsabilidade do recém-criado Arquivo Nacional Americano, em 1935, responsável pela custódia de dez milhões de metros cúbicos de documentos, acumulados por um período de um século e meio.

A Segunda Guerra Mundial foi responsável não só nos Estados Unidos, mas no Reino Unido, Canadá e Austrália, entre outros países, por um aumento considerável na produção de documentos jurídico-administrativos de órgãos que foram extintos no pós-guerra, aumentando os depósitos dos Arquivos Públicos e Nacionais consideravelmente.

Cook complementa essa assertiva (1997 p.10, tradução nossa):

Quando os arquivos nacionais em Washington foram criados em 1934[1935], herdaram uma reserva impressionante de aproximadamente um milhão de metros de



documentos federais, com uma taxa de crescimento de mais de sessenta mil metros anualmente. Em 1943, com a expansão do estado devido à Grande Depressão e à Segunda Guerra Mundial, o crescimento atingiu mais de 600 mil metros de documentos anualmente.

Esse fenômeno de sedimentação e ampliação, perceptível em uma série de países, sinalizava um novo horizonte teórico e prático para os arquivos, ainda que arraigado no núcleo do pensamento arquivístico americano, canadense, dentre outros. Hillary Jenkinson (1922 e 1949) começa a ser refutado, principalmente no que se relaciona à avaliação de documentos e à um papel mais ativo do arquivista em relação aos documentos que coleta e descreve. Já que era impossível, devido ao aumento do acervo, manter o controle e a integridade dos arquivos sem nenhum tipo de procedimento de avaliação e seleção, "a fina arte da destruição" (1962), como enuncia W.K. Lamb e nos livros publicados por Schellenberg durante as décadas de 1950 e 1960.

É um período de ampliação teórica e revisão das antigas posições em relação aos arquivos, Schellenberg, o arquivista mais conhecido desta perspectiva, segundo Ridener (2009), passa a ver os arquivos com uma ótica mais relacionada à gestão - que evidentemente amplia aspectos práticos e teóricos da área, mas cria vários problemas de cunho terminológico, profissional e de identidade, porém, inegavelmente, reconfigura as relações dialógicas da disciplina.

Por outro lado, em relação à realidade brasileira, Marques (2007, 2011), em sua extensa pesquisa a respeito do desenvolvimento teórico e histórico da arquivística no Brasil, chega a encontrar incentivos à formação de arquivistas no Brasil já na década de 1910.

Contudo, o movimento ainda é profundamente rudimentar e não formalizado. Nessa época inicia-se a criação de um curso eventual de Diplomática, que só será efetivamente formalizado com a criação do Curso Permanente de Arquivos (CPA) na década de 1960. A partir disso, há um aumento significativo de ações voltadas para a organização de arquivos e uma difusão do conhecimento arquivístico.

A avaliação irá inaugurar um novo campo para o desenvolvimento de políticas e técnicas relacionadas à seleção e disposição dos documentos arquivísticos, expandindo as relações discursivas do arquivista para além do campo historiográfico e, a partir deste momento, a disciplina irá desdobrar-se e expandir-se, estabelecendo intersecções prático-teóricas, com uma gama institucional maior.

#### **4. A Arquivística face a realidade espanhola e brasileira**

As décadas de 1980 e 1990 representam um momento diferente para a Arquivística, na medida em que os documentos eletrônicos começam a tomar a cena e os arquivistas percebem a necessidade de revisão e redefinição das políticas e métodos aplicados aos documentos tradicionais e aos recém-criados documentos eletrônicos.

É perceptível na realidade documental norte-americana e europeia, uma diversificação e uma pluralização das obras voltadas não só para as questões relacionadas aos documentos eletrônicos, mas à revisão, ora sob uma ótica conservadora, ora sob uma ótica inovadora sobre o papel dos arquivistas, dos arquivos e da organização, avaliação e uso dos mesmos e o aumento da profissionalização dos arquivistas. (Nesmith, 2004 e Nesmith, 2013)

No cenário latino-americano, os anos 1980 e os anos 1990 representam o aparecimento e aumento de instituições arquivísticas, da profissionalização dos arquivistas e dos cursos universitários voltados ao ensino e pesquisa acerca da teoria e práticas arquivísticas.

No caso brasileiro, o desenvolvimento teórico da Arquivística caminha entre as tradições norte-americana e Europeia em maior ou menor grau dependendo época e do contexto em que se discute.

A Arquivística, enquanto área profissional e carreira universitária, foi deixada de lado, devido em grande parte às características antidemocráticas e autoritárias do governo brasileiro, como aponta Jardim (1995 e 1999) ao longo de sua bibliografia, que culminaram com uma falta de incentivo político e financeiro.

Pode-se dizer que o desenvolvimento teórico da arquivística brasileira acontece em ondas, a maioria delas provocadas por políticas ou incentivos advindos do Arquivo Nacional, especialmente em seu estágio inicial com a visita de pesquisadores internacionais, quer seja para a emissão de pareceres a respeito da situação dos acervos ou para ministrar cursos voltados para a teoria e a prática arquivística.

Nos últimos anos, entre 1995 – 2012, foi possível perceber uma aproximação com as correntes teóricas ao redor do globo, com a vinda de pesquisadores dos Estados Unidos, Canadá e Inglaterra para proferir cursos, palestras e outras atividades acadêmicas ou estágios de professores/pesquisadores brasileiros em território canadense. Dentre os pesquisadores, podemos destacar Terry Cook, Tom Nesmith, Laura Millar, Terry Eastwood, Luciana Duranti, dentre outros pesquisadores advindos da teoria canadense e de outros países.

Assim, a respeito das décadas de 1980 e 1990, é possível dizer que foi época da institucionalização dos arquivistas enquanto profissionais especializados e dos arquivos enquanto instituições culturais e de gestão.

O momento econômico e político do país tem um reflexo profundo nessas mudanças ocorridas nos últimos 20 anos, uma vez que, o acesso e uso dos documentos públicos, fazem parte de uma sociedade que, em princípio, se estabelece como democrática. Tal acepção é verdadeira na realidade de ambos os países.

Assim a tradição brasileira permanece em em uma acensão razoável em relação a atuação do arquivista em instituições públicas, por outro lado, o desenvolvimento teórico e técnico corre de forma diminuta e localizada.

O núcleo das funções Arquivísticas na Espanha desenvolveu-se paralelamente ao estabelecimento dos arquivos institucionalizados, assim como, durante o século XIX, a diplomática, paleografia, sigilografia, numismática e outras disciplinas correlacionadas ao campo das Histórias nacionais. Estas disciplinas possuem até a atualidade, em menor ou maior grau dependendo do país, relação com a Arquivística.

O aparecimento dessas data do fim da idade média, com um desenvolvimento mais contundente nos séculos XVI e XVII. As escolas mais antigas que ensinavam Arquivística como uma das disciplinas curriculares datam do século XIX, especialmente na Espanha, na França na Holanda e, anos mais tarde, na Itália e Grã-Bretanha. Desenvolveram-se como fruto de mudanças nas estruturas administrativa, econômica e política das instituições públicas, refletindo mudanças do regime político e o desenvolvimento da historiografia no século XIX. Durante o primeiro estágio de desenvolvimento de teorias\funções para o tratamento dos arquivos, a Arquivística está ligada de maneira profunda às disciplinas acima citadas e ao trabalho arquivístico com documentos do antigo regime.

Complementando, segundo Cruz Herranz (1996 e 1998), existiu ao longo do século XIX uma desamortização dos arquivos e bibliotecas monásticos, levando à criação de arquivos públicos, devido a um rompimento com esses conflitos e com o antigo regime. Assim, as instituições espanholas sofrem uma série de mudanças.

Alterações na administração do Estado e do Tesouro levam a reformas no aparato arquivístico e à retomada da centralização dos Arquivos, iniciada com o *Archivo Geral de Simancas*, criado por Carlos V no século XVIII.

Com essas reformas, suas leis desamortizadoras passaram aos ativos do Estado e da propriedade das instituições eclesiásticas, com toda a documentação de valor histórico incalculável neles preservada, dando aos espanhóis direito de acesso aos documentos produzidos pelo antigo regime no país.

Assim, essas características demarcam o status conceitual da Arquivística em território espanhol, destacando a importância da diplomática para Arquivística local, e encontram-se na própria análise feita nos catálogos do início do século XX do *Archivo Historico Nacional*. Cria-se, dessa forma, uma identidade própria, em comparação aos catálogos do *Arquivo Nacional* Brasileiro da décadas de 1950-1960.

No espanhol, os elementos da diplomática dividem os instrumentos; nos outros dois, a informação possui uma estrutura menos rígida e notam-se informações de conteúdo complementadas com as de contexto.

A Arquivística na Espanha ficará atrelada à perspectiva medievalista por muito mais tempo em comparação a outros países Europeus, como França e Grã-Bretanha. A

passagem de uma pré-Arquivística, calcada nos moldes da *École des Chartes* e nos estudos medievalistas, para a Arquivística administrativa nos moldes de Schellenberg demorará a ocorrer, iniciando-se em um período de crise de identidade da profissão devido à dualidade arquivista-documentalista e arquivista-informático. A leitura das atas da *Real Academia de la Historia* (1852 apud TORREBLANCA LÓPEZ, 1999) demonstra essa característica eminentemente espanhola.

Outro acontecimento importante neste período, no interior da escola de diplomática, é o surgimento do primeiro conceito para o termo *Archivologia*, descrita como “a ciência que trata dos documentos que se custodiam nos arquivos, descrevendo-os e classificando-os” (TORREBLANCA LÓPEZ, 1998, p.79, tradução nossa).

O termo *Archivologia* permanecerá como denominação na Espanha até o final da década de 1970, sendo substituído pelo termo *Archivística*, movimento entendido pelos autores espanhóis (HERREDIA HERRERA, 1996 e 1998 e CRUZ MUNDET, 2003) como uma ruptura e uma passagem da disciplina para um novo status conceitual, a passagem de um estado empírico para um estado científico.

Uma das respostas para esse fenômeno pode estar no fato de a Espanha ter passado boa parte do século XX sob o regime ditatorial de Francisco Franco. Além disso, no período anterior à segunda guerra, ocorreu a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Segundo López Gómez (2007, p.248, tradução nossa), “[...] a tomada de forma no século XIX e no início do século XX foi interrompido durante a Guerra Civil Espanhola”. Herredia Herrera (1998), em uma perspectiva evolutiva, concorda que a Guerra Civil e a posterior ditadura irão frear o desenvolvimento da Arquivística enquanto disciplina.

Os arquivos, os arquivistas e a Arquivística irão, enquanto instância discursiva, servir de e para o Estado. O acesso irrestrito é estabelecido como um direito fundamental, sendo fruto de sociedades, de algum modo, democráticas. Dito de outro modo, países que passaram por regimes ditatoriais vivenciaram situações que irão definir os caminhos da disciplina.

Os anos de 1900 a 1931 representam a falha da monarquia constitucional espanhola, iniciando-se uma crise que levará à proclamação da Segunda República Espanhola e, finalmente, à Guerra Civil.

Ainda segundo Herredia Herrera (1998), o período de 1936 a 1978 – do início da Guerra Civil até a constituição de 1978 – representa um sistema que irá sistematicamente pôr fim às liberdades individuais, incidindo diretamente nos arquivos e nos arquivistas.

O século XIX representa, para a Arquivísticas europeia e espanhola, o momento de consolidação, como pondera Ridener (2009). O século XX representará, especialmente no universo espanhol, a estagnação e retrocesso do que fora construído em relação aos arquivos até então.

Porém, apesar deste cenário alarmante, a geração da década de 1950 iniciará o processo de profissionalização e institucionalização do ensino e do movimento associativo, com a criação da *Federación Española de Asociaciones de Archiveros, Bibliotecarios, Arqueólogos, Museólogos y Documentalistas* (ANABAD), em 1950. Dessa geração, destacam-se autores como Carmem Crespo, Natividad de Diego, Carmen Pescador, Vicenta Cortés, etc.

Para Cook (2009), comentado por López Gómez (1998, p.192 tradução nossa), a tradição espanhola coloca-se no seguinte universo teórico:

[...] estaria demarcada dentro da tradição italo-hispânica, que englobaria, também, os países da América hispânica, que possuem laços históricos, similaridades na organização administrativa e, por tanto, na produção documental, e, segundo análises de nossos arquivistas e responsáveis pelas políticas Arquivísticas, problemas similares de acumulação de fundos documentais de caráter histórico, por uma falta de normalização das transferências e seleção, e uma ligação forte com o mundo das bibliotecas.

Esse quadro teórico-metodológico apresenta-se interessante para a análise, visto que se percebe alguma semelhança ente a trajetória teórica recente da Arquivística espanhola, com aquela desenvolvida no Brasil e nos países latino americanos, talvez

em parte por esses países terem passado por regimes ditatoriais ao longo do século XX.

Com a apropriação da teoria de Schellenberg e de outros autores do pensamento americano, a Espanha se alinha ao que autores como Herredia Herrera (1991, 1998) e López Gomes (1998, 2007) chamam de "abordagem holística da organização Arquivística", integrando aspectos administrativos e históricos. Reconhecendo que é possível e desejável a formação de especialistas em arquivos, a antiga formação comum a arquivistas, bibliotecários, documentalistas, dentre outros, começa a ser rejeitada, e a Arquivística começa a institucionalizar seu térreo acadêmico e profissional.

A Arquivística, então, incorpora-se aos estudos universitários com a oferta de especializações e cursos em nível de pós-graduação, especialmente em mestrados. É um período em que se iniciam a pesquisa de Arquivística em nível universitário e uma especialização maior por parte do corpo de arquivistas das instituições Arquivísticas. Como nos diz MARTIN FUENTES (2000, p.700, tradução nossa):

Graças os estudos de Biblioteconomia e Documentação, na aplicação da lei 11\1983 de Agosto, a respeito da reforma universitária, a Arquivística converte-se em curso universitário, saindo das catacumbas acadêmicas da Espanha, e integra-se a uma titulação universitária, com o objetivo de formar bibliotecários, documentalistas e arquivistas.

No mesmo período de expansão universitária, os anos de 1979 a 1986 representam a explosão de manuais especializados nas temáticas Arquivística, a fim de estabelecer parâmetros mais claros para o tratamento dos arquivos. Severiano Hernandez (1991) destaca que um pequeno grupo de arquivistas filiados à federação impulsionarão a publicação de uma série de manuais e obras técnicas voltadas para os tratamento dos arquivos.

Neste sentido, percebe-se que a Arquivística Espanhola, ainda que em grande ampliação, permanece em um estágio de desenvolvimento profundamente técnico, na medida em que se pesquisa e se publicam livros profundamente técnicos e poucas oportunidades de aprofundamento no âmbito teórico da área em cursos em sua maioria voltados para as questões da documentação e forma ampla e não tratando das especificidades arquivísticas.

Se na tradição brasileira existe uma predoninância de cursos voltados ao ensino específico de Arquivística, porém com o desenvolvimento teórico recente. Na Espanha existe um desenvolvimento técnico secular porém poucas oportunidades de profundamento teórico para além do fazer arquivístico.

## 5. Considerações finais

A Arquivística, ainda que uma área recente apresentou, durante seu estágio inicial e desenvolvimento posterior, um percurso contínuo de desenvolvimento, na medida em que ocorriam mudanças institucionais e sociais.

É possível berceber em ambas as tradições que o desenvolvimento técnico-teórico corre de modo diferente do desenvolvimento da prática.

A Arquivística ocupa uma posição privilegiada na atualidade, especialmente nos países emergentes e recentemente redemocratizados, como o Brasil e África do Sul, até mesmo no caso espanhol, dentre outros, que podem, sob a égide do percurso recente da arquivística, apresentar novas maneiras de dar acesso e legitimar os direitos recentemente adquiridos por essas sociedades.

Apresentaram-se algumas considerações com um viés histórico a respeito do percurso da Arquivística, considerando que esta é uma das características fundamentais da análise do discurso que pode contribuir, desvendar e demonstrar relações que se estabelecem entre área do saber e as posições ocupadas em uma determinada conjuntura.

Enquanto princípio metodológico, podemos focar em uma determinada instituição ou em uma determinada política, ou mesmo, em como um determinado grupo social e perceber o arquivista ou como o arquivista é representado na cultura popular.



Buscou-se aqui descrever de maneira panorâmica como os fenômenos ocorreram na teoria arquivística, especialmente na realidade brasileira e espanhola, representando universos, que, apesar de distintos apresentam uma crescente importância no cenário internacional.

Parafraseando Nesmith (2004), o retorno ao "arquivo" da própria arquivística é algo fundamental na medida em que se amplia e renova a relevância social e o conhecimento profissional, criticando-o e explorando-o.

O passado de como a Arquivística fundamentou-se, reitera a importância da profissão não só para a construção da identidade ou da memória de um determinado grupo ou nação, mas alerta sobre os percursos nem sempre tão claros da organização e teoria relacionada aos arquivos.

## Referências

Associação dos Arquivistas Holandeses (1973). *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

**Brandão, N.H.H.** (1993). *Introdução à análise do discurso*. 2.ed. Campinas: Ed. da Unicamp.

**Baronas, R. L.** (2011). *Ensaio em análise do discurso: questões analítico-teóricas*. São Carlos: EdUFScar.

**Bearman, D.** (1989). *Automated systems for archives and museums : acquisition and implementation* Pittsburgh: Archives & Museum Informatics.

**Charaudeau, P.; Maingueneau, D.** (2004). *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto. p. 500

**Cook, T.** (1997). What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. *Archivaria*, v. 43, p. 18-63, Spring.

**Cook, T.** (2005). Macroappraisal in theory and practice: origins, characteristics, and implementation in Canada, 1950-2000 *Archival Science* v. 2, n. 5, p. 101-161.

**Cruz Herranz, L. M. de la** (1998). Panorama de los archivos españoles durante el siglo XIX y primer tercio del siglo XX. In: GENERELO, Juan Jose; LÓPEZ, Angeles Moreno. *Historia de los Archivos e de la Archivística en España*. Valladolid: Ed. Universidad de Valladolid. Cap. 5. p. 119-160.

----- (1996). La Organización de los fondos del archivo histórico nacional (1866-1989). *Boletín ANABAD*, Madrid, v. XLVI, n. 1, p.63-95, jun.

**Dosse, F.** (1993). *História do estruturalismo*. Campinas: Ed da Unicamp, 1.v.

----- (1994). *História do estruturalismo*. Campinas: Ed da Unicamp, 2.v.

----- (2001). *A História a prova do tempo: da História de migalhas ao resgate dos sentidos*. São Paulo, Ed. da UNESP.

**Foucault, M.** (1996). *A ordem do discurso*. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola.

----- (1997). *A arqueologia do saber*. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense.

----- (1999). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes.

**Fuertes, J. A. Martín** (2000). La evolución de la Archivística como disciplina en España (años 1975-2000). In: PRIMER CONGRESO UNIVERSITARIO DE CIENCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN, 1., 2000, Madrid. *Anais...* . Madrid: Ed Universidad Complutense de Madrid. p. 697 - 707

**Gallego Dominguez & Lopez Gómez** (1989). *Clasificación de fondos de los archivos históricos provinciales*. Madrid: Ministerio de Cultura, Dirección General de Bellas Artes, Archivos y Bibliotecas, Subdirección General de Archivos.

**Heredia Herrera, A.** (1982). *Manual de instrumentos de descripción documental*. Sevilla: Diputación Provincial.

----- (1995). *Archivística general: teoría y práctica*. 7.ed. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla.

----- (1998). Archivos y archiveros entre la Guerra Civil y la España de las Autonomías. In: GENERELO, Juan Jose; LÓPEZ, Angeles Moreno. *Historia de los Archivos e de la Archivística en España*. Valladolid: Ed. Universidad de Valladolid. Cap. 7. p. 175-189.

**Hobsbawm, E.J.** (2008). *A revolução francesa*. São Paulo: Ed. Paz e Terra.



**Horsman, P., Ketelaar, E & Thomassen, T.** (2003). New respect for the old order: the context of the dutch manual. *American Archivist*. n.

**Strathern, P.** (2000). *Foucault: philosophy in an hour*. Harper press: London. Kiddle Edition.

**Torreblanca López, A.** (1998). La Escuela Superior de Diplomática y la política archivística. In: GENERELO, Juan Jose; LÓPEZ, Angeles Moreno. *Historia de los Archivos e de la Archivística en España*. Valladolid: Ed. Universidad de Vallavolid, 1998. Cap. 4. p. 71-118.